



EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: Culturas, práticas e aprendizagens

(org.)

Fabiola Fernandes de Menezes

Vasti Capistrano de Sousa Taboza

Maria Cláudia Soares Gomes Barbosa

FRANZE

Tatiana Holanda Magalhães

Djanir Maciel de Oliveira

Glaúbia Pires Assunção Araújo

Natianne Rayelle Vasconcelos Martins

Janderson Fernandes Mota



EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: Culturas, práticas e aprendizagens

(org.)

Fabiola Fernandes de Menezes

Tatiana Holanda Magalhães

Djanir Maciel de Oliveira

Glaubia Pires Assunção Araújo

Nauanne Rayelle Vasconcelos Martins

Janderson Fernandes Mota



Fortaleza
2026

Design de Capa & Diagramação

Rebeca Gadelha

Revisão

Vasti Capistrano de Sousa Taboza

Tatiana Holanda Magalhães

DOI

Publicado em Set/2026



WWW.EDITORATRANSIENTE.COM.BR

EDITORATRANSIENTE@GMAIL.COM

☎ (85) 9 8127 - 5421

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

E24e Educação e diversidade: culturas, práticas e aprendizagens / organização
Fabiola Fernandes de Menezes ...[et al.]. – Fortaleza: Transiente
Editora, 2026.

Recurso eletrônico (PDF)

ISBN: 978-65-85720-34-2 (e-book)

1. Práticas pedagógicas. 2. Inclusão escolar. 3. Educação básica.
I. Menezes, Fabiola Fernandes de. II. Magalhães, Tatiana Holanda.
III. Oliveira, Djanir Maciel de. IV. Araújo, Glaubia Pires Assunção. V. Martins,
Nauanne Rayelle Vasconcelos. VI. Mota, Janderson Fernandes.

CDD 370.733 (23. ed.)

SUMÁRIO

- 1** O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIVERSIDADE, DIFERENÇAS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO 9
- 2** GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E TOMADA DE DECISÃO: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA 24
- 3** O IMPACTO DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA ARTICULAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA FRENTE AO FRACASSO ESCOLAR 34
- 4** PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES 41
- 5** CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS LÚDICAS PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E DAS INTERAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 49
- 6** OS CICLOS DE LEITURA COMO FAVORECEDORES DA FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO 57

7	JOGOS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A APRENDIZAGEM NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	67
---	--	----

8	FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	77
---	---	----

9	ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS NOS ANOS FINAIS: A CONSTRUÇÃO DE PLANOS DE APOIO INDIVIDUALIZADO EM ESCOLAS DE MARACANAÚ	84
---	---	----

10	FEIRA DE CIÊNCIAS E CULTURA OCEÂNICA: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA EXITOSA COM ESTUDANTES DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	93
----	---	----

11	A ELEIÇÃO PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE FORTALECIMENTO DE SUA AUTONOMIA: UM ESTUDO DE CASO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA	100
----	--	-----

12	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS CEJAS: UM ESTUDO SOBRE AS CAUSAS DA REDUÇÃO DA MATRÍCULA E ESTRATÉGIAS PARA REVERSÃO	109
----	---	-----

13	AS CAUSAS E IMPACTOS DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL	117
----	--	-----

14

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS SOB UMA PERSPECTIVA FREI-
RIANA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIA

124

AUTORES

PREFÁCIO

Tatiana Holanda Magalhães

Pensar a educação contemporânea exige reconhecer sua complexidade, suas contradições e, sobretudo, as múltiplas possibilidades de transformação que se constroem no cotidiano das instituições educacionais. A escola não é apenas o lugar em que conhecimentos historicamente produzidos são compartilhados; é também espaço de convivência, participação, formação humana, produção de sentidos, reconhecimento das diferenças e exercício da cidadania. É nessa perspectiva ampliada que se inscrevem os estudos reunidos nesta obra.

Os capítulos que compõem este livro percorrem diferentes etapas, modalidades, sujeitos e dimensões da educação, aproximando reflexões sobre gestão, práticas pedagógicas, formação docente, inclusão, diversidade, participação, aprendizagem e relações estabelecidas dentro e fora da escola. Apesar da diversidade temática, os trabalhos convergem ao evidenciar questões que atravessam o cotidiano educacional e desafiam professores, gestores, pesquisadores, famílias e demais profissionais comprometidos com a garantia do direito à educação.

A gestão democrática constitui um desses importantes pontos de reflexão. Ao discutir as percepções docentes sobre participação, autonomia e tomada de decisão, bem como os mecanismos de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, os estudos evidenciam que a democracia não pode permanecer apenas como princípio formal dos sistemas educacionais. Ela precisa concretizar-se nas relações institucionais, nos processos decisórios, na escuta dos diferentes sujeitos e na construção coletiva dos caminhos da educação.

Assim, os estudos aqui reunidos se propõem a revelar a escola a partir de múltiplos ângulos. Fala-se da sala de aula, mas também da gestão escolar, do cotidiano do professor, das famílias e dos órgãos colegiados. Aqui se fala da infância, dos jovens e adultos enquanto alunos. Aqui se fala acerca da aprendizagem dos conteúdos escolares, mas também da formação crítica, da participação, da autonomia, do respeito às diferenças e da garantia de

direitos.

Essa pluralidade constitui uma das riquezas desta coletânea. Em vez de apresentar uma visão única acerca da educação, os capítulos revelam diferentes questões, experiências e perspectivas que podem contribuir para compreender os desafios enfrentados pelas instituições educativas e as possibilidades que emergem das práticas, das pesquisas e das reflexões produzidas por aqueles que vivem e investigam o cotidiano educacional.

Mais do que oferecer respostas definitivas, esta obra convida à reflexão. Cada capítulo abre caminhos para novas perguntas sobre a escola que temos e sobre a educação que desejamos construir. Uma educação democrática, participativa e socialmente referenciada, capaz de reconhecer diferentes formas de aprender, viver e existir. Educação comprometida com o conhecimento, mas também com a dignidade humana. Educação aberta ao diálogo, à investigação, à criatividade e à transformação.

Que as páginas que seguem possam provocar novas leituras, inquietações e possibilidades de atuação. E que os estudos aqui reunidos contribuam para fortalecer uma compreensão da educação como direito, como prática social e como espaço permanente de construção coletiva.

1 O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIVERSIDADE, DIFERENÇAS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

Tatiana Holanda Magalhães

Nauanne Rayelle Vasconcelos Martins

Janderson Fernandes Mota

Viviane Gomes Portela Barroso

Evanir Guedes da Silveira

Giovan Agostinho de Andrade Bezerra

Maria Gisele Ribeiro Gomes de Sousa

Crislane Alves Ferreira Sousa

Dellmo Kaleb Sindeaux Torres

Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto

INTRODUÇÃO

As discussões sobre inclusão, diversidade e diferença são centrais nas políticas e práticas pedagógicas contemporâneas, nas quais a escola desempenha papel crucial para a justiça social ao transcender a mera transmissão de conteúdos e garantir o direito à educação, o respeito às singularidades e as condições para a aprendizagem e participação. Nesse contexto, Cury (2002) situa a educação como dimensão constitutiva da cidadania e defende a articulação entre igualdade e diferença, ressaltando que o direito à diferença é indispensável para evitar que marcas de gênero, etnia ou credo se convertam em discriminação e desigualdade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica reforçam a educação como direito de todos e orientam os sistemas educacionais para a valorização da diversidade, a garantia de acesso, permanência, participação e desenvolvimento dos estudantes (Brasil, 2013). No entanto,

a presença desses princípios nos documentos normativos não garante, por si só, sua concretização. Cury (2002) destaca que o reconhecimento legal dos direitos é uma conquista importante, mas sua efetivação ainda enfrenta condições históricas e desigualdades presentes na sociedade.

No plano internacional, a Declaração de Salamanca é um importante marco internacional da Educação Inclusiva, ao defender que as escolas estejam preparadas para acolher todas as crianças e atender às suas diferentes necessidades. Entre seus princípios, destacam-se a escolarização conjunta, sempre que possível, a adequação dos métodos de ensino, currículos e ambientes educacionais, a formação e o apoio aos professores e a colaboração entre governos, comunidades e famílias (Unesco, 1994).

No Brasil, esse movimento é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996), pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009 (Brasil, 2009), e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Brasil, 2015). Esses documentos reafirmam o direito à Educação Inclusiva e ajudam a ampliar o olhar sobre a inclusão, considerando não apenas as características dos estudantes, mas também as condições oferecidas pelas instituições de ensino.

Contudo, Educação Inclusiva e Educação Especial não são equivalentes: Camargo (2017) alerta contra a restrição da inclusão ao público-alvo da Educação Especial, explicando que a perspectiva inclusiva engloba todos os estudantes, em suas marcas étnico-raciais, de gênero, orientação sexual e deficiência, enquanto a Educação Especial é a modalidade voltada a serviços e recursos específicos.

Essa diferenciação exige expandir a noção de diversidade além da deficiência para contemplar grupos sujeitos à discriminação e exclusão (Ferreira, 2015). Ao distinguir deficiência, diversidade e diferença, Silva (2022) evidencia que certas características se convertem em desvantagens segundo seu tratamento social, demandando que a inclusão analise tanto a heterogeneidade escolar quanto as relações sociais, culturais e políticas que transformam diferenças em desigualdades.

Diante dessas considerações, este estudo tem como objetivo analisar o papel da escola na promoção de uma educação inclusiva, considerando a diversidade dos sujeitos e as barreiras que limitam a participação, a aprendizagem e o pertencimento. Busca-se, ainda, problematizar a associação

recorrente entre Educação Inclusiva e Educação Especial identificada no levantamento bibliográfico, reconhecendo a relevância dessa modalidade, sem restringir a ela o debate da inclusão. A relevância da pesquisa reside em tensionar essa visão reducionista, oferecendo subsídios para que gestores e educadores reorganizem o fazer pedagógico sob uma perspectiva de equidade e justiça social.

Para alcançar esses objetivos, o texto estrutura-se em quatro seções subsequentes. Na seção *Caminhos Metodológicos*, detalham-se os procedimentos da pesquisa bibliográfica qualitativa, a busca na base da Capes e os critérios de seleção das dissertações analisadas. Em *Educação inclusiva, diversidade e o papel da escola*, fundamenta-se o arcabouço teórico sobre direito à educação, diversidade e responsabilidade institucional. Na *Análise das produções*, discutem-se os dados mapeados e as contribuições do corpus para superar o estreitamento conceitual entre inclusão e Educação Especial. Por fim, as *Considerações finais* retomam o objetivo, sintetizam os resultados e apontam implicações, lacunas e perspectivas para pesquisas futuras.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir compreender e interpretar os significados, as relações e as diferentes perspectivas presentes no fenômeno estudado, considerando seu contexto e sua complexidade (Bogdan; Biklen, 1994; Minayo; Deslandes; Gomes, 2015). A pesquisa bibliográfica foi utilizada para analisar diferentes perspectivas da produção acadêmica sobre Educação Inclusiva, diversidade e o papel da escola.

O levantamento das produções foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 8 de agosto de 2026. Utilizaram-se como termos de busca “escola inclusiva” e “diversidade”, empregando-se o operador booleano AND para relacionar os dois termos centrais da investigação. A busca inicial retornou 140 produções. Em seguida, aplicou-se o filtro referente ao ano de publicação, selecionando-se 2023, por corresponder ao ano mais recente disponível entre os filtros no momento da consulta, o que resultou em 19 trabalhos. Posteriormente, foi aplicado o filtro “Área do Conhecimento:

Educação”, reduzindo o conjunto para 11 produções.

A análise inicial dos 19 trabalhos recuperados após o recorte temporal evidenciou uma característica relevante do conjunto: 12 títulos apresentavam referências explícitas a temáticas recorrentes do campo da Educação Especial, entre elas deficiência, surdez, Transtorno do Espectro Autista (TEA), necessidades educacionais especiais, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Tecnologia Assistiva. Esse resultado chamou atenção porque, embora a busca tenha relacionado os termos “escola inclusiva” e “diversidade”, a maior parte das produções encontradas nessa etapa estava vinculada a temas da Educação Especial.

Esse dado, contudo, não foi tomado como demonstração de que a produção acadêmica brasileira reduz a inclusão à Educação Especial. Trata-se de um resultado limitado à estratégia de busca utilizada, aos descritores empregados, ao recorte temporal e aos filtros adotados. Sua relevância reside em evidenciar uma forte associação entre os termos “escola inclusiva” e temas vinculados à Educação Especial nessa busca específica, permitindo problematizar conceitualmente os limites de uma compreensão restritiva da inclusão.

Após a aplicação do filtro referente à área do conhecimento, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos das 11 produções, considerando sua pertinência para a questão central do estudo. Foram excluídos os trabalhos cujo foco se restringia especificamente a temáticas da Educação Especial e aqueles que não apresentavam aderência suficiente ao objetivo da pesquisa. Foram priorizadas produções que possibilitassem analisar diferentes dimensões do papel da escola na promoção da inclusão, tais como reconhecimento da diversidade, aprendizagem, organização institucional, colaboração entre profissionais, acessibilidade, identidade, cultura, pertencimento e eliminação de barreiras. Também foi adotada como critério de inclusão a disponibilidade do texto completo para leitura e análise.

Após essa triagem, seis estudos apresentaram maior aderência ao objeto investigado. Entretanto, duas produções não possuíam divulgação do texto completo autorizada e foram excluídas por impossibilitarem a análise integral de seus resultados e conclusões. Assim, o *corpus* final foi constituído por quatro dissertações, todas defendidas em 2023, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Dissertações que constituíram o corpus analítico

Autor	Título	Objetivo
SOUZA, Luceli de Fátima Oliveira (2023)	A escola inclusiva: o atendimento à diversidade como critério para a aprendizagem dos alunos da rede pública estadual de Goiânia	Compreender a relação entre escola inclusiva, aprendizagem e diversidade, identificando os aspectos da diversidade que mais impactam a aprendizagem dos estudantes, segundo a perspectiva dos professores.
COUTINHO, Regina Izabel D'Andrea (2023)	O desafio do ensino colaborativo na escola inclusiva	Identificar e problematizar como ocorre o ensino colaborativo entre professores especialistas e professores regentes no processo de inclusão escolar.
ANGELO, Fernanda de Menezes (2023)	A Tecnologia Assistiva no âmbito da educação inclusiva: aproximação com as diretrizes do desenho universal para aprendizagem	Identificar as contribuições dos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem para a ressignificação do uso da Tecnologia Assistiva no processo inclusivo.
C A R N E I - RO, Gustavo Leão de Mello (2023)	Um estranho no ninho? A (des)construção identitária do aluno surdo em escolas inclusivas de Feira de Santana	Compreender os fatores que interferem na (des) construção da identidade surda no contexto da escola básica, considerando as manifestações culturais e os fatores que fragilizam ou potencializam essa construção.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise das quatro dissertações foi realizada com base nos procedimentos da análise de conteúdo de Bardin (2011). Inicialmente, realizou-se a leitura integral e a organização do *corpus*, buscando identificar conteúdos relacionados ao problema e aos objetivos da pesquisa. Na etapa de exploração do material, foram destacados núcleos de sentido referentes às concepções de inclusão e diversidade e às condições, práticas e responsabilidades atribuídas à escola, considerando aspectos como participação, aprendizagem, acessibilidade, planejamento, colaboração, identidade, cultura e organiza-

ção institucional. Em seguida, os conteúdos recorrentes e conceitualmente próximos foram agrupados e interpretados, possibilitando a construção das categorias de análise. Desse processo, os achados foram organizados em dois eixos de análise, apresentados na seção seguinte. Esses eixos orientaram a organização, a apresentação e a discussão dos resultados.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE E O PAPEL DA ESCOLA

Os referenciais teóricos e normativos utilizados neste estudo permitem compreender a Educação Inclusiva a partir de dois eixos principais: a compreensão da inclusão e da diversidade e a responsabilidade institucional da escola. Essa perspectiva amplia a inclusão para além do acesso e da matrícula, envolvendo o reconhecimento das diferenças e a criação de condições que favoreçam a participação e a aprendizagem.

A COMPREENSÃO DA INCLUSÃO E DA DIVERSIDADE

A compreensão da Educação Inclusiva parte da educação como direito que, segundo Cury (2002), é constitutivo da cidadania e exige a articulação entre igualdade e diferença, garantindo equidade sem converter singularidades em déficits ou impor respostas padronizadas.

Embora integre a Educação Inclusiva, a Educação Especial não esgota sua abrangência: Camargo (2017) ressalta que a inclusão abrange todos os sujeitos historicamente marginalizados, enquanto Ferreira (2015) amplia o conceito de diversidade para incluir variadas situações de vulnerabilidade, preconceito e exclusão. Complementando esse debate, Silva (2022) salienta que as diferenças ganham sentido nos contextos históricos, culturais e políticos, devendo a inclusão questionar padrões sociais que convertem características humanas em desvantagens, em vez de apenas adaptar os estudantes às estruturas vigentes.

Essa compreensão alcança as relações étnico-raciais que, segundo Gomes (2005), integram a formação humana e cidadã, cujo enfrentamento ao racismo pressupõe o reconhecimento de sua existência (Munanga, 2005). Quanto aos povos indígenas, Pereira (2021) aponta a hegemonia eurocêntrica

e a invisibilização de seus saberes, defendendo sua incorporação permanente e contextualizada ao currículo.

O currículo ocupa, portanto, lugar central nas práticas inclusivas, já que não é neutro e pode favorecer tanto o reconhecimento quanto a invisibilização. Enquanto Silva (2005) demonstra que representações estereotipadas alimentam preconceitos, Souza (2016) problematiza propostas curriculares pretensamente universais que ocultam a pluralidade cultural, e Abramowicz, Cruz e Moruzzi (2016) questionam a homogeneização das infâncias e de suas experiências na Educação Infantil.

A RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL DA ESCOLA

Como a inclusão envolve múltiplos sujeitos, sua efetivação não pode ser atribuída individualmente ao estudante ou ao professor. Mantoan (2011) ressalta que matrícula e presença não esgotam o direito à educação, exigindo transformações organizacionais e práticas. Lopes (2025) relaciona esse avanço à formação continuada, flexibilização curricular, recursos acessíveis, participação discente e parceria com as famílias.

Embora a escola possa reproduzir desigualdades e preconceitos, ela também possui potencial para tensioná-los. Contudo, Ferreira (2015) alerta que a mera presença do discurso da diversidade não altera as relações de poder que hierarquizam sujeitos e conhecimentos. Sob a ótica da diversidade sexual, Ciribelli e Rasera (2019) reforçam a relevância das relações escolares e das escolhas curriculares cotidianas na construção de sentidos sobre identidades e diferenças, evidenciando a responsabilidade institucional da escola. Magalhães *et al.* (2025), ao analisarem práticas desenvolvidas na Educação Infantil, mostram que a articulação entre dimensões culturais, sociais e diferentes linguagens pode favorecer aprendizagens significativas, críticas, criativas e inclusivas.

No campo das relações étnico-raciais e indígenas, Gomes (2005), Munanga (2005), Silva (2005) e Pereira (2021) reforçam que o enfrentamento das desigualdades demanda ações contínuas, e não abordagens pontuais ou restritas a determinados momentos do calendário escolar. Pereira (2021) evidencia a distância entre a legislação e a prática cotidiana. Isso se corrobora na dificuldade de incorporação dessas temáticas às práticas escolares. Em estudo com professores de Educação Física da rede municipal de Fortaleza